

**Projeto:** Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – FURLAN, Vinicius; LIMA, Aluísio Ferreira de. Cultura de institucionalização de crianças e adolescentes: um problema para a psicologia. Revista de Psicologia Política, n. 2, v. 50, p. 239-252, jan.-abr. 2021.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este ensaio traz para a pauta da Psicologia a problemática acerca da cultura da institucionalização de crianças e adolescentes. Para tanto, seguimos dois caminhos: o da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. Analisamos o processo histórico da construção das políticas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, desde os anos 90. Identificou-se que se por um lado os textos legislativos e normativos, desde os anos 90, pretendem a desinstitucionalização das crianças e adolescentes, visando garantir-lhes seu direito à convivência familiar e comunitária, por outro, ainda é expressivo o índice de afastamento dos filhos de famílias em situação de pobreza, entretanto, velado como uma cortina de fumaça no discurso da família negligente, o que ainda tem caracterizado as instituições de acolhimento como um lócus da exclusão social e dado manutenção a uma cultura de institucionalização dos tidos “des-ajustados”.

Palavras-Chave: crianças e adolescentes; acolhimento institucional; psicologia; políticas públicas.

3) Objetivo do estudo – Analisar o processo histórico da construção das políticas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, desde os anos 90.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – 1990 até 2019.

6) Forma de coleta de dados – Pesquisa bibliográfica e o da pesquisa documental (Gil, 1987).

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Análise histórica sobre o acolhimento institucional, desde os anos 90, com base em fontes secundárias já trabalhadas por outros autores, bem como em fontes primárias, como os documentos que regulamentam as políticas de acolhimento institucional dirigidas às crianças e aos adolescentes afastados de suas famílias de origem. Foram tomados como marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal Brasileira; e os marcos normativos, que, para sua aprovação, foram consolidados por meio de consulta pública e organizados por seus Conselhos gestores.

Tais documentos foram analisados a partir dos entremeios que circunscrevem as questões acerca do acolhimento institucional e entretecem o texto como recurso ilustrativo da constituição das políticas públicas.

8) Resultados / dados produzidos – A Psicologia ainda se depara com grandes desafios diante da temática da institucionalização de crianças e adolescentes. Os anos 90 marcam uma época de luta pelo reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, legitimada como prioridade absoluta no âmbito das políticas públicas. Desde o ECA e as novas diretrizes, como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional (2009), a Lei n. 12.010/09, dentre outras, busca-se enfatizar o direito à convivência familiar e comunitária e o processo de desinstitucionalização das crianças e dos adolescentes afastados de suas famílias de origem, tomando a família como centralidade nas políticas públicas sociais. O retrato da família brasileira, por outro lado, como centralidade nas políticas públicas, tem se emoldurado por enquadres em que a intervenção do Estado no contexto familiar toma forma de intervenção de classe, uma vez que ainda é demasiado expressivo o afastamento de crianças e adolescentes de famílias em situação de pobreza, embora hoje sustentado no discurso da família negligente, o qual aparece como uma espécie de cortina de fumaça que camufla a pobreza velada por negligência. A partir da análise, identifica-se que, se por um lado, os textos legislativos e normativos, desde os anos 90, pretendem a desinstitucionalização das crianças e dos adolescentes, visando garantir-lhes o direito à convivência familiar e comunitária, por outro, ainda é expressivo o índice de afastamento dos filhos de famílias em situação de pobreza, o que ainda tem caracterizado as instituições de acolhimento como um lócus da exclusão social e dado manutenção a uma cultura de institucionalização dos tidos “des-ajustados”.

9) Recomendações – Frente a esse quadro, a Psicologia será estrita avaliadora da intimidade ou lembrar-se-á de que essas crianças e esses adolescentes e suas famílias são sujeitos-cidadãos?

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.